

Grupo Parlamentar

Bloco de Esquerda
Açores

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES À SESSÃO Remata-se ao Governo 2009/01/12 O Presidente,

Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores

Assunto: Pedido de resposta escrita ao Governo Regional dos Açores/Secretaria Regional da Educação e Formação

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa e a V. Ex.^a, para efeitos de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita, direccionadas ao Governo Regional, nomeadamente, à Secretaria Regional da Educação e Formação, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 182.º n.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Com os nossos melhores cumprimentos,

A Presidente do Grupo Parlamentar do BE/Açores

Zuraida Soares

(Zuraida Soares)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ARQUIVO Entrada 0112 Proc. Nº 54.06.02 Data: 09/01/12 Nº 19/11

Grupo Parlamentar

Bloco de Esquerda
Açores



**Exma. Senhora Secretária Regional
da Educação e Formação**

Exma. Senhora

Como certamente será do V. conhecimento, desde o início do ano lectivo de 2008, que no 1º Ciclo da Escola do Ensino Básico Integrado, de Rabo de Peixe S. Miguel, ocorre uma situação insólita e inexplicável até ao momento por parte da tutela Regional.

Com a base legal no Decreto Regional nº 18/2007/A de 19 de Julho, o Conselho Executivo da referida Escola tornou interdita a escrita nos manuais a distribuir pelos alunos contemplados com escalão (ou seja apoio social), de modo que as crianças não podem usufruir de um direito que lhe assiste por lei.

A Escola em questão optou pela distribuição de fotocópias aos alunos contemplados com escalão, de modo a salvaguardar os ditos manuais, para serem reutilizados no futuro; mais incompreensível ainda é o facto de com os manuais "encaixotados", se criar mais despesa pública e se negar o direito de os usufruir, a quem o tem, com a perspectiva de que no futuro serão necessários! Simplesmente, retira-se à criança o contacto real com os suportes de qualidade estética e formal, do ponto de vista literário e linguístico.

A injustiça social com se procede nesta situação apenas tem contribuído para o agravamento na discriminação social dentro da própria sala de aula, dado que os alunos mais carenciados estão impedidos de utilizar os manuais escolares como ferramenta de trabalho a par dos seus colegas sem escalão que os utilizam.

Os alunos mais carenciados do 1º Ciclo da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe, apesar de "alugarem" os manuais escolares, só podem escrever neles se os comprarem, ou seja pagam os seus manuais duas vezes! Para adquirirem os livros é-lhes descontado no valor atribuído pelo escalão, mas para poderem escrever neles, são obrigados a comprá-los, pagando-os outra vez.

Nos últimos meses por iniciativa do Conselho de Núcleo da Escola B1/JI António Tavares Torres, dada a insustentabilidade da situação em causa, foi proposto ao Conselho Executivo a utilização efectiva dos manuais escolares, principalmente nos 1º e 2º de escolaridade, de modo a que a iniciação à escrita e à leitura se possa dar de modo consistente, para que o aluno consiga desenvolver a psicomotricidade e grafismo, como forma de garantir a apreensão das competências relacionadas com

Grupo Parlamentar

Bloco de Esquerda
Açores



expressão escrita: caligrafia e a ortografia. Em qualquer outra disciplina, o manual é ferramenta essencial, na aquisição de novas aprendizagens e na sua consolidação.

Até á presente data a solução proposta não obteve qualquer resposta positiva, bem como se desconhece a posição oficial do Conselho Executivo e do Concelho Pedagógico da Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe.

Perante estes factos concretos, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/ Açores demanda a V. Exa^a;

- Qual a posição da Secretária da Educação e Formação, relativamente a esta interpretação da Escola do Ensino Básico Integrado de Rabo de Peixe, do Decreto Regional nº 18/2007/A de 19 de Julho?

- Esta situação acontece apenas em Rabo de Peixe ou tem a V. Secretaria conhecimento de outras Escolas onde sucede o mesmo, e se não, o porquê de ser apenas em Rabo de Peixe, freguesia onde a população muito tem sofrido com o estigma que lhe está associado?

- Qual a razão pela qual V. Exa. e a Secretaria que tutela não tomaram posição relativamente ao assunto até à presente data, apesar das denúncias dos docentes, da denúncia na comunicação social e do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA)?

- Será legítimo aferir que era do conhecimento e aprovação desta Secretaria tal interpretação distorcida da lei?

- Que fará V. Exa para colmatar esta situação de injustiça social e para quando a resolução desta situação, inaceitável, sob todos os pontos de vista?

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente do Grupo Parlamentar do BE/Açores

Zuraida Soares

(Zuraida Soares)